

João Gomes Cravinho

Ministro da Defesa Nacional

**Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, no jantar da
Conferência “Europe as a global actor”, organizada pelo ISCTE, UAL e TSF**

Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, 8 de maio de 2019

Boa noite a todos.

É um imenso prazer estar aqui. Se me permitem, vou saltar os vocativos, por já ter tido o prazer de cumprimentar individualmente a cada um e, sobretudo, ter tido o prazer de confraternizar de novo convosco, com algumas pessoas que são amigos de longa data. É, portanto, um privilégio cá estar e quero agradecer a generosidade das palavras do senhor Reitor da Universidade Autónoma de Lisboa, particularmente por me ter chamado de académico, porque um académico que não dá aulas e sem ler, exceto aquelas duas ou três páginas ao fim do dia, ... Enfim, e sobretudo, essas circunstâncias em que somos convidados para falar e raramente temos a oportunidade de ouvir, e quando se fala mais do que se ouve, academicamente o resultado não costuma ser bom... Mas, enfim, agradeço o espírito amigo. Obrigado.

Vou falar um bocadinho sobre a União Europeia na parte que toca à defesa, porque é aquilo que me ocupa os dias e,

particularmente, para referir os passos e tentar interpretar e partilhar convosco algumas ideias sobre o significado dos passos que a União Europeia tem dado em matéria de criação de uma Europa de defesa e aquilo que significa para nós.

Em primeiro lugar, é uma dinâmica evidente. Conhecem essa dinâmica dos últimos três, quatro anos, e eu quero começar por dizer que para nós, para Portugal, interessa-nos estar no cerne dessa dinâmica e interessa posicionarmo-nos para tirar pleno partido das oportunidades. E interessa por razões de natureza estratégica, de natureza militar, interessa-nos também por razões tecnológicas e interessa-nos por razões económicas.

Eu creio que esta é uma área em que as mudanças são tantas e tão profundas, e têm sido tão rápidas nos últimos tempos e, por aquilo que se consegue adivinhar, para os próximos tempos, que se posso dar um conselho ao verdadeiro mundo académico é: olhem para esta área, porque é uma área muitíssimo interessante e, também porque nós, do lado das decisões políticas, precisamos que haja uma atenção maior, mais especializada e muito

atualizada – coisa que não há neste momento, pelo menos em dimensão suficiente, o que é normal, porque isto é tudo muito recente – e precisamos disso para saber como reagir a esta mutação da realidade europeia.

Eu suponho que aquilo que vos estou a dizer também é válido para muitos outros países, provavelmente a esta mesma hora estarão vários dos meus colegas a dizer algo parecido em vários países europeus. Com isso, estou a sublinhar que estamos todos envolvidos a construir o processo - que é um processo que, como sempre na Europa, não se sabe exatamente como é que isto vai desaguar ou quais são as consequências, até porque isto é um processo que ninguém imaginava há meia dúzia de anos atrás. Mas é um processo em que a nossa intervenção pode fazer alguma diferença nesta fase - a ainda incipiente construção de uma identidade europeia de defesa.

Porquê? Porque é que isto aparece, porque que se está a desenvolver nestes tempos? Por várias razões convergentes. Em primeiro lugar, evidentemente, a instabilidade que, na última década, década e meia, se tem sentido em torno da Europa, na

vizinhança da Europa, a leste obviamente com a Ucrânia e também com uma Rússia muito mais ativa e com vontade de reconquistar espaços que considera seus; a sul-sudeste, as consequências no Magrebe da Primavera Árabe falhada, e também, claro, no Médio-Oriente, da profunda desestruturação do Médio-Oriente, que teve lugar a partir de 2003 com a invasão do Iraque, ou pelo menos foi muito potenciada e acelerada pela invasão do Iraque naquela altura, e que tem produzido dinâmicas que ainda estão longe de estarem completamente estabilizadas e terminadas.

E, portanto, nós temos em todas as regiões que circundam a União Europeia este enquadramento. Enquadramento esse que produziu, naturalmente, um fluxo migratório que teve depois um aproveitamento político em muitos países europeus, ou seja, tivemos um fluxo grande migratório que proporcionou, criou condições necessárias para uma gestão de crise durante determinado período de tempo, e criou a oportunidade para partidos populistas cavalgarem a mentira. Mentiras que, de qualquer forma, permitiram que ganhassem muito terreno e

permitted the development, or assisted in the development of anti-system parties, whose consequences we are feeling in numerous European countries.

We also have the framing produced by terrorist attacks in Europe, particularly the attacks in France, but not only, also in various other countries, but the attacks in France perhaps have been those that produced a more significant political impact, with a response at the level of public policies more impactful and, naturally, with a large impact in terms of what is the public debate and the public imagination.

Still to add the vulnerability produced by our cyberworld and by external interference in our democratic processes in various European countries, not to mention the United States, but once again potentiating, creating, mobilizing nationalist parties, extreme-right parties and also xenophobic parties and that have taken advantage of

possibilidades que a tecnologia oferecia e também das possibilidades que alguns outros países ofereciam.

Ora, neste contexto, já de si extremamente complexo, provocador e preocupante para as políticas de segurança e defesa, aparece também o Brexit em 2016, o referendo que decide a favor do Brexit e que, numa perspetiva de defesa, e não só, mas no caso da defesa, produz desafios sem precedentes. Desafios que, para um país euro-atlântico como é o nosso caso, são particularmente prementes, porque o Reino Unido é, tradicionalmente, uma grande potência euro-atlântica, é uma potência atlântica e é uma potência que, ao longo dos tempos, tem ajudado a que a Europa não tenha uma visão apenas continental, tem também uma visão atlântica forte.

E para nós, portanto, é extremamente importante que a saída do Reino Unido da União Europeia não seja acompanhada pela perda, por parte da União Europeia, desta visão atlântica, desta dimensão atlântica. Portanto, nós temos aí um papel, parece-me, a ajudar o Reino Unido a manter alguma relevância no plano de

uma União Europeia que se está a transformar numa Europa de defesa.

Como é que isso se vai processar? Não sei ao certo, mas é facilitado pelo facto de que, tanto do lado do Reino Unido, como do lado da União Europeia, há muita vontade, muito interesse em que o relacionamento entre os dois, no âmbito da segurança e defesa, seja um relacionamento íntimo, diria, talvez até mais íntimo do que quando o Reino Unido participava ativamente nos processos de decisão da União Europeia e, como se sabe, tinha uma grande ambiguidade em relação ao desenvolvimento da Europa de defesa. Hoje já não tem essa ambiguidade, hoje pode ser um parceiro extremamente valioso e, para Portugal, interessa muito que o seja e, portanto, vamos trabalhar nesse sentido, com esse objetivo.

Ora bem, entretanto, ali, no outro lado do Atlântico, temos uma administração com características muito particulares em Washington, mas o problema que surge quando olhamos para a abordagem dessa administração é que, às vezes, por causa das

suas particularidades, temos a tendência de dizer "não, isto é só agora com este caso, com este presidente, e que daqui a algum tempo, no fim deste mandato ou, se ele for reeleito, no fim do mandato seguinte, haverá um outro presidente e aí tudo será diferente". Não é o caso. É evidente que este presidente tem particularidades, é evidente que tem uma abordagem em relação à Europa que é completamente diferente dos seus antecessores, mas, por baixo dessa abordagem mais superficial, mais personalizada, digamos, do presidente, por baixo disso há mudanças tectónicas importantes que afetam os laços transatlânticos, o relacionamento transatlântico.

Para nós, mais uma vez, país euro-atlântico, interessa-nos muito preservar, na medida do possível - já sabemos que o mundo muda e isso faz parte da natureza das coisas - mas preservar na medida do possível o compromisso americano em relação à segurança e defesa da Europa e, portanto, o desenvolvimento de uma Europa de defesa tem que ser um desenvolvimento que seja consentâneo com essa nossa vontade e interesse em manter os Estados Unidos ativamente envolvidos e comprometidos com a defesa da Europa.

Agora, este percurso da Europa da defesa - a Europa da defesa em formação, a Europa da defesa embrionária, ainda - é um percurso que tem um início já há muito tempo, um início que depois não deu em nada, um início em 1954 com a Comunidade Europeia de Defesa, chumbada pela assembleia francesa. Mas, o resultado foi que, durante todo o período até aos anos mais recentes, até ao Tratado de Lisboa, enfim, com alguns indicadores a partir do Tratado de Maastricht, nós vemos uma União Europeia que não é identificada pelos seus estados-membros como uma entidade relevante para a criação de uma comunidade de defesa. Quando entrámos na então Comunidade Económica Europeia, não imaginávamos, nem os debates em Portugal daquela época dos anos setenta e anos oitenta apontavam para a União Europeia, na altura Comunidade Económica Europeia, ser um potencial fornecedor de segurança e defesa. E, no entanto, hoje para nós, a União Europeia está no centro das nossas preocupações, das nossas cogitações, em termos do nosso pensamento sobre aquilo que é o futuro da segurança e defesa de Portugal.

Digo isto, obviamente, sem querer fazê-lo em detrimento da NATO porque a minha convicção, a convicção do governo português e da organização das Forças Armadas vai no sentido de pensar que, para nós, é fundamental conciliar os dois. Tal como para nós é fundamental manter esse laço transatlântico, para nós é fundamental que o desenvolvimento de uma Europa de defesa seja feito de uma forma que permita também reforçar a NATO, permita que cada uma das instituições corresponda às suas melhores qualidades, deixando para a outra aquilo que não são vantagens comparativas. E não o desenvolvimento de uma abordagem concorrencial institucional entre os dois. Isso creio que, hoje em dia, acaba por ser a posição predominante entre os estados-membros da União Europeia, até porque a maior parte dos estados-membros da União Europeia também são estados-membros da NATO e, portanto, é facilitado. O ministro é o mesmo, nem sempre os ministros são esquizofrénicos, portanto, em princípio, há caminho aberto.

Mas, obviamente, que é preciso muito trabalho ainda porque há desconfianças, porque há procedimentos que levam a

divergências entre as duas instituições, porque há o desenvolvimento de competências do lado da União Europeia que provocam, enfim, alguns sinos de alarme junto de alguns responsáveis, particularmente do outro lado do Atlântico, mas eu creio que o pior passou. A impressão que eu tenho é que, embora ainda não se tenham identificado todas as respostas necessárias sobre como fazer, eu creio que, hoje em dia, já está muito partilhada a ideia que deve haver uma compatibilidade entre os dois, um reforço da Europa da defesa deve ser um reforço também benéfico para a NATO.

Na Europa, eu acho que o ano de 2016 foi importante por várias razões. Temos o Brexit, obviamente, e aliás, na mesma semana do Brexit, temos o lançamento da Estratégia Global da União Europeia que é um elemento fundamental para a União Europeia ter uma plataforma partilhada por todos sobre aquilo que somos, aquilo que queremos, quais são os nossos objetivos, quais são os valores pelos quais vale a pena lutar.

Porque, enquanto num país como Portugal ou no caso de muitos outros países, a identidade nacional tem uma força, uma longevidade, que permite o luxo de não colocar num papel tudo aquilo que se pensa - se alguém quiser um documento que diga "esta é a política externa de Portugal", não o vai encontrar facilmente, não vai encontrá-lo. Pode encontrar reflexões académicas sobre o tema, mas não vai encontrar o documento. Porquê? Porque fomo-la fazendo ao longo dos tempos e não é muito controverso e sabemos mais ou menos o que queremos, caso a caso. Temos de tomar algumas decisões, mas, no fundo, o caminho não é contestado e, na maior parte dos países essa é a realidade.

Com 28 estados-membros não é assim. Com 28 estados-membros temos de colocar por escrito para que todos nos entendamos, o que complica muito as coisas. Às vezes produz como resultado uma diluição daquilo que se pode dizer porque, para que todos estejam de acordo, é preciso ser mais ou menos insonso. Mas, de qualquer maneira, a Estratégia Global foi um progresso tremendo porque é dos mais inteligentes documentos da União Europeia que eu conheço, na medida em que consegue dizer coisas com

alguma substância e ajudou a que, naquele momento muito difícil, que foi o momento do referendo do Brexit, se encontrasse um caminho e se avançasse muito decididamente nesse caminho, particularmente na parte que toca à Europa da defesa.

Estamos hoje numa situação bem diferente daquela que existia em 2015, portanto há pouco tempo. Temos perspetivas para no próximo quadro financeiro haver já um investimento muito significativo em matéria de defesa, com uma proposta de treze mil milhões, portanto, dois mil milhões por ano dedicados a projetos de defesa, com o objetivo de ser dinheiro para alavancar. Portanto, não é um montante que esgota em si mesmo. Entretanto, muitos outros montantes: 6,5 mil milhões para a mobilidade estratégica que tem duplo uso, obviamente, civil e militar; 500 milhões por ano agora em 2019 e 2020 da Agência Europeia de Defesa para projetos de inovação, promoção e desenvolvimento de capacidades. Portanto, nós estamos hoje numa situação em que a Comissão Europeia já é o quarto maior investidor em defesa europeia. Depois da França, o Reino Unido e a Alemanha é a Comissão Europeia, já. Nós ainda pensamos

tipicamente na União Europeia, particularmente na Comissão Europeia, como uma potência civil, mas está-se já a caminhar para uma capacidade militar significativa.

Mas, claro, aqui como é que a União Europeia está a entrar? Entra por um caminho que procura tirar proveito daquilo que sabe fazer. Desde logo, a criação de um mercado único europeu, que é um mercado muitíssimo abrangente, abrange quase tudo, só não abrange o setor da defesa. Portanto, o caminho de entrada é, naturalmente, por aí, é a criação de um mercado europeu de defesa que permite que países desenvolvam capacidades conjuntas, que permite uma economia de escala, que permite a harmonização de equipamentos, que permite uma forma de procurar eficiências e eficácias que não são possíveis quando o mercado está dividido em 28.

E isso para nós é um desafio significativo, porque temos rapidamente de organizar a nossa resposta em termos das nossas indústrias de defesa, e nós temos indústrias de defesa já muito significativas, mas pouco organizadas do ponto de vista

estratégico. Estou a pensar no setor da aeronáutica, que é um setor muitíssimo importante, já vale mais do que o nosso vinho, pelo menos em termos de exportação. Já exportamos mais em termos de material aeronáutico do que exportamos vinho.

O setor naval, o setor dos têxteis, que é um setor que normalmente não associamos à indústria da defesa, mas para mim tem sido fascinante ver como empresas do norte, no Minho, estão na vanguarda de tecnologias para fardamento militar, que são têxteis que, utilizando nanotecnologia, são inteligentes: permitem fazer aquilo que a tecnologia *stealth*, dos aviões *stealth*, permite que é torná-los dificilmente detetáveis por radar. Isto são roupas que permitem a invisibilidade ao infravermelho e ultravioleta. Portanto, oferecendo aos militares uma nova camada de proteção que torna as pessoas "invisíveis". E claro que este tipo de tecnologia é uma tecnologia que depois pode ter "n" aplicações, muitas delas inicialmente nem imaginadas no mundo civil. Este é o momento em que toda esta área industrial está prestes a iniciar uma expansão muito grande, muito intensa.

Isso também é outra fonte de tensão de um lado do Atlântico para o outro porque, uma consequência inevitável dos europeus gastarem mais com a sua própria defesa, é que também gastam mais com as indústrias europeias. Ora, para nós é importante, mesmo para o nosso tecido económico, sabermos corresponder e estamos agora a desenvolver mecanismos de resposta apropriada, juntando o Ministério da Defesa, os ramos das Forças Armadas, os Ministérios de Economia, Ciência, Negócios Estrangeiros, naturalmente, o setor estatal, o setor industrial de defesa do estado, a EMPORDEF e o sucedâneo da EMPORDEF que verá a luz do dia em breve, o setor público, o setor privado das indústrias de defesa, enfim, todos, juntando-os numa plataforma para saber responder estrategicamente aos desafios que se vão colocando.

A Cooperação Estruturada Permanente e a nossa participação em projetos de cooperação estruturada permanente também requer da nossa parte uma nova forma de organizar e identificar os nossos interesses e onde é que nós vamos participar. Aquela

forma tradicional, herdada de tempos imemoriais, em que o Exército diz "Eu gostaria de ter qualquer coisa", a Marinha dizer "Eu também quero" e a Força Aérea "Eu quero ponto, ponto" e depois todos concordam porque cada um fica com metade daquilo que pediu e, portanto, todos concordam... Esse tipo de abordagem é uma abordagem que só pode produzir um resultado irracional, isto é, que não tem uma racionalidade estratégica nacional. hoje estamos confrontados com desafios novos, com o desafio da PESCO [Cooperação Estruturada Permanente], e como saber encontrar uma forma de responder, que é diferente porque o esse tipo de raciocínio tradicional não vai corresponder às nossas necessidades.

Temos uma Lei de Programação Militar aprovada na semana passada pela Assembleia da República que já nos dá uma base de trabalho. São 4,7 mil milhões de euros nos próximos 12 anos e o objetivo é que uma boa parte desse dinheiro seja utilizado para a produção do nosso tecido económico, para a nossa capacitação em termos de responder aos desafios europeus e preparar o

nosso país para participar num enquadramento, que é um enquadramento diverso daquele a que estamos habituados.

Portanto, eu vou ficar por aí, esperando ter referido algumas das áreas de transformação, tendo também, espero, passado uma mensagem que é importante para mim, que é: que o universo académico deve olhar para esta área, devido ao que há de novo e o que há de interessante que está a acontecer e aquilo se pode contribuir também para o processo de decisão política, embora saiba que não seja esse o propósito primordial da investigação científica, mas sempre dá jeito. Espero também daqui, das instituições que representam, da Universidade Autónoma e das outras aqui presentes, que possa também sair algo que seja útil e relevante para o pensamento em Portugal sobre esta área, este mundo novo que se está criando.

Muito obrigado.